

CRISTINA ROBALO CORDEIRO
COORDENAÇÃO

TOLOGIA

FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80
à atualidade

iu

A REFORMULAÇÃO DAS NOSSAS DEMOCRACIAS LITERÁRIAS¹

Yves Citton

Especialista de literatura francesa do século XVIII, de origem suíça, Yves Citton é um professor universitário, investigador e crítico cujos trabalhos cruzam o campo literário com a política no sentido de problematizar os desafios hermenêuticos colocados pela “Economia do conhecimento” principalmente na era digital. Militante dos estudos literários e das Humanidades, e mentor de uma abordagem “indisciplinar” contra a fragmentação do conhecimento científico e a separação das disciplinas, Citton defende o diálogo e a convergência de saberes, de discursos, de sensibilidades e de práticas como forma de estar presente na sociedade e de ultrapassar a circularidade técnico-instrumental que a caracteriza. Entre as suas publicações mais marcantes destacam-se *Lire, interpréter, actualiser. Pourquoi les études littéraires ?* (2007), *L’Avenir des Humanités. Économie de la connaissance ou cultures de l’interprétation ?* (2010), *Mythocratie. Storytelling et imaginaire de gauche* (2010) e, mais recentemente, *Médiarchie* (2017), *Contre-courants politiques* (2018), e *Génération Collapsonautes* (2020).

¹ Yves Citton (2013). *Pour une interprétation littéraire des controverses scientifiques*, Paris, QUAE, “Sciences en question”, pp. 123-127.

Um conceito chave em toda a sua obra é o de interpretação como competência fundamental e transversal para toda a produção do conhecimento. Nesse sentido, defende a interpretação como uma questão política e como atividade que se traduz em leituras atualizantes das formas estéticas, mas também sociais e contemporâneas.

O texto que vamos ler a seguir é um excerto do livro *Pour une interprétation littéraire des controverses scientifiques* (2013) que decorre das conferências-debates organizadas em Versailles e em Montpellier pelo grupo ‘Sciences en question’ em junho 2012. Partindo do estatuto da literatura como “ciência das nuances” Citton evidencia aqui o valor operativo de uma sensibilidade literária que suspende o princípio de separação entre arte e ciência e abre um quadro interpretativo mais amplo e integrador para a resolução de problemas concretos. O que leva à caracterização dos princípios de uma democracia literária, a qual pode oferecer a valência de um pensamento-vida à nossa sociedade globalizada.

Sabemos que o poema, por mais que se preste à extravagância de seu jogo literário, descreve com rigor quase científico, elegância, economia de meios e precisão, um *noûs* (pensamento-vida) que corresponde exatamente ao “nós” – coletivo de comunicação científica².

O maior desafio é constituir, hoje, um “nós” capaz de conciliar a inevitável extensão global de problemas que “espalham a vida”, segundo redes de solidariedade com dimensões planetárias, com a devida atenção aos detalhes e às nuances das “sombras de mundos ínfimos” que comandam os nossos comportamentos individuais.

² Convém ainda assim reconhecer aqui o direito à opacidade reivindicado por Glissant, convergindo assim com Habermas (1992: 251) quando este sugere que a própria prática do debate (deliberativo ou interpretativo) acarreta “a adoção de uma perspectiva de extensão intersubjetiva, a saber, a da primeira pessoa do plural que abraça irrestrita e integralmente a compreensão do mundo e de si mesmo de todos os participantes.”

Só a literatura (enquanto “ciência das nuances”) e as práticas artísticas tem a capacidade de reconciliar e modular extensões de atenção em escalas tão díspares³. A natureza bizarra de minhas observações deve-se, sem dúvida, ao fato de ter operado um vaivém constante – e sem dúvida confuso – entre o mais global (os grandes problemas do mundo que interessam as nossas controvérsias cosmo-politas) e o mais local (uma ligeira mudança nas modalidades dos nossos debates públicos).

O mesmo tremor também me fez oscilar entre um pretense argumento racional e uma exploração desavergonhada da polissemia poética, entre uma demonstração de respeito pelo rigor próprio do saber científico e uma preocupação constante em expô-lo aos riscos fecundos da impertinência ativista. Isso é precisamente tudo o que devemos tentar manter juntos se esperamos escapar quer ao caos dos desastres socio-ecológicos que espalham nossas vidas em lutas egocêntricas, destruidoras de qualquer projeto comum, quer a um regime de segurança autoritário que impõe de cima a servidão de multidões, em nome da sobrevivência de todos, mas de forma a manter os privilégios de alguns. É tão desastroso e enganoso acreditar ser-se obrigado a escolher entre ciência e literatura quanto entre segurança e democracia, entre igualdade e liberdade.

Em modo de conclusão, ou antes de abertura final, podemos caracterizar as democracias literárias, na sequência de reflexões anteriores, segundo quatro traços principais:

Princípio democrático: trata-se, sobretudo, de disposições que reconhecem a cada um a competência (facultando para isso os meios práticos) de participar ativamente na reformulação dos discursos que estruturam as nossas interações comuns. Quer se trate de textos legislativos, de discursos políticos, de publicações científicas, de

³ Só “o julgamento estético respeita a singularidade e a pluralidade dos mundos”: é o que bem afirma o artigo de Blanc *et al.* (2007).

romances best-sellers, de cenários cinematográficos ou de noticiários televisivos, as nossas sociedades são permanentemente reconstituídas por meio de discursos (textos, filmes, canções, conversas) sobre si-próprias ou sobre o mundo. Esses discursos têm a dupla propriedade aparentemente contraditória, mas na realidade complementar, de materializar (condensar) e disseminar (difundir) as relações de poder que se formam por meio deles. Dentro desta incessante, o debate interpretativo oferece o caso particular de um projeto de competências em que os participantes desenvolvem o seu próprio poder de agir, ajudando a esclarecer os objetos de nossos debates comuns.

Princípio pluralista: são, nessa sequência, disposições que reconhecem o pluralismo inerente a uma definição multicultural da razão. Os problemas são aí tratados na sua dimensão cosmopolítica: sabemos que eles interligam uma pluralidade de agentes heterogêneos, que cada um deles os encara a partir das suas práticas, das suas pertinências e das suas valorizações próprias. Admite-se que estas definem quadros interpretativos fazendo emergir dados que podem parecer contradizer os dados observados através de outros quadros interpretativos. Dá-se à visão pluralista a tarefa de reconhecer a complementaridade destes diferentes pontos de vista, sem procurar julgá-los sob o prisma de um procedimento único ou de um conjunto de princípios de vocação universalizante. Na medida em que coloca cada participante na posição de ter de aprender as regras dum jogo desconhecido proposto por um parceiro estranho, o debate interpretativo ilustra uma das maneiras possíveis de pôr em prática as exigências de uma razão pluralista.

Princípio literário: trata-se também de arranjos que se baseiam em jogos específicos da interpretação para ajudar cada um a escapar a alternativas preexistentes e a imaginar terceiros excluídos. A melhor maneira de tornar as relevâncias irrelevantes compatíveis é permitir que cada uma revele uma nuance (Barthes) ou um contraste (Whitehead) próprio. Na observação da realidade, ao invés de impor a

resolução de conflitos segundo uma lógica binária (verdadeiro / falso, justo / injusto, bom / mau), trata-se de identificar as gradações, as misturas, as impurezas, as continuidades que aparecem nas texturas que compõem a nossa realidade, para lá das categorias que nelas projetamos. No trabalho sobre o discurso, isso leva a explorar o espaço lúdico oferecido pelos múltiplos vislumbres e tremores do significante (pluralidade de possíveis significados, conotações, conexões sonoras etc.). Ao contrário das aparências, uma sensibilidade literária atenta às nuances, contrastes e texturas do real, bem como às propriedades significantes dos materiais discursivos, consiste numa atitude mais genuinamente realista e materialista – e, quiçá, mais científica – do que uma postura que reduz a sua tarefa à classificação e computação de forma meramente rígida. Ao submeter-se ao duplo imperativo de refinar suas traduções e cultivar as intraduzíveis, a abordagem literária constitui um poderoso procedimento heurístico, capaz de injetar nas nossas comunicações soluções inovadoras e inventivas.

Princípio trans-individual: são, por fim, arranjos que reconhecem a dimensão intrinsecamente coletiva de toda a inteligência e de toda a interpretação. Ao mostrar a rede coletiva (*cogitamus*) que está sempre em ação por trás das performances individuais de um investigador ou de um pensador (*cogito*), Latour contribui para desdobrar o plural “nós” cujo debate permanente revivifica a *noûs* da nossa noosfera comum. A literatura, tal como as ciências é democracia em ação: demonstram a cada passo o poder ativo (*Kratos*) da multidão (demos) animada pelas comunicações que a vivificam. Assim como toda inteligência científica resulta de múltiplas trocas entre subjetividades que se inter-leêm, a interpretação literária emana da retoma incessante de histórias, imagens e palavras herdadas de outros, para as quais cada intervenção individual traz, na melhor das hipóteses, mudanças marginais. Essa comunicação é trans-individual e não pré-individual: o pôr em comum e a circulação coletiva implicam a passagem por um momento de isolamento, dentro de um vacúolo protegido da

necessidade de comunicar a todo o instante. São as alternâncias, as oscilações, os vaivéns entre a circulação comum e as possibilidades de fechamentos individuais que alimentam e regeneram constantemente as inteligências coletivas.

TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE

MARIA DE JESUS CABRAL

Universidade do Minho